

O DICIONÁRIO

Tempo

Denise Alvarez

Universidade Federal Fluminense
Escola de Engenharia
Departamento de Engenharia de Produção
Rua Passo da Pátria, 156 Bloco D sala 306
São Domingos, Niterói Rio de Janeiro Brasil
24210-240
alvarez.dena@gmail.com

O tempo nas situações de trabalho assemelha-se a uma espécie de ecologia temporal, num conjunto de tempos embutidos e entrecruzados (Grossin, 1996). Por isso talvez seja mais apropriado não falar *do tempo*, como é tradição na filosofia, e sim *dos tempos*, de temporalidades heterogêneas. Há um convívio simultâneo entre um tempo único, linear, seqüencial, homogêneo, *tempo espacializado* medido pela sucessão de instantes materializados no relógio e um outro que estabelece laços e ligações, que percorre diferentes temporalidades simultaneamente, um *tempo-devir* - qualitativo e psicológico -, entendido como duração. O primeiro apresenta critérios precisos: deve ser reprodutível, regular, mecânico, neutro, definido com uma seqüência de instantes separados por espaços equivalentes. Funcionalmente, o *tempo espacializado* serve para: 1) *quantificar*, pois introduz-se o cálculo e a medição do tempo; 2) *regular* conjuntos de interações da sociedade permitindo que processos qualitativamente heterogêneos tornem-se possíveis pela noção de "encontro" (entre pessoas, entre um trem e um grupo etc); 3) *orientar* a sociedade e as pessoas possibilitando a previsão (processo de datação introduzido pelo calendário). Esse tempo será sempre o mesmo: nenhum segundo (ou datação) tem mais valor que outro. São os acontecimentos que situamos nesse tempo que estão carregados de valor e de sentido (Zarifian, 2002).

Esse *tempo espacializado*, denominado por Elias (1998) como um *símbolo social*, apóia-se na definição consensual de uma norma que estabelece a duração (anual, semanal, diária) do trabalho e das pausas (de descanso ou de férias) postulando ainda, implicitamente, uma estabilidade do funcionamento humano, sejam quais forem as horas e as durações do trabalho (Quéinnec, 2007). Entretanto, para enfrentar o desafio de considerar as pessoas nos mundos do trabalho, e as temporalidades nelas presentes, é necessário considerar o conjunto dos outros movimentos possíveis. Ou seja, impõe-se um tempo relacional da duração, um *tempo-devir*. De acordo com uma visão antropocêntrica Quéinnec (2007) identifica quatro componentes do tempo profissional: tempo *dentro do trabalho*, que diz respeito às exigências temporais das tarefas e à dinâmica dos processos técnicos; tempo

de trabalho, concernente ao contrato de trabalho, à definição das durações e horários da atividade profissional; tempo *do* trabalho, que delimita a distribuição de espaços do trabalho e de não-trabalho configurando-se no uso do tempo; tempo *no* trabalho que diz respeito às características temporais do funcionamento humano.

Considerando essas visões do tempo, falar sobre a relação tempo e trabalho obriga-nos ao uso da noção (ou do conceito) de tempo no plural. Os componentes dentro *do*, *de*, *do* e *no* trabalho colocam aqueles que trabalham em situações conflituosas, que requerem a mobilização de adequações e estratégias para atender às solicitações do processo de produção em foco. Conflitos que devem ser percebidos na atividade e nas construções de saúde do corpo-si, (cf vocabulário da ergologia) e que abarcam tanto o plano físico, como o psíquico e o social. É essa ecologia temporal que está presente nos mundos do trabalho.

Primeira pista de reflexão: mudanças nas organizações e flexibilização

Pensar essa ecologia remete à reflexão sobre o tempo nas sociedades contemporâneas, pois nos mundos do trabalho as normas temporais também têm se modificado. A norma temporal dita fordista, consolidada no contexto industrial por intermédio de uma combinação complexa entre formas de estabilização de mão-de-obra, delimitação do espaço e do tempo de trabalho e racionalização taylorista da produção, talvez não continue sendo hegemônica no século XXI. A partir dos anos 80 e 90 do século XX tem havido uma tendência crescente à diversificação dos tempos de trabalho, inseparável daquela mais geral das formas de emprego/salariado. Durante as últimas décadas, outras possibilidades se apresentaram, uma vez que em espaços significativos dos mundos do trabalho, este processo tem se tornado ainda mais complexo, a diversificação dos interesses dos empregadores encaminham-se para a busca de flexibilidade e há uma clara modificação da composição do assalariado graças, dentre outros fatores, ao aumento das qualificações disponíveis e do emprego feminino. Essas mudanças parecem tornar mais pertinente a noção de *disponibilidade temporal* (Martinez, 2007) que representaria, talvez de maneira mais adequada, as tentativas de sincronização das atividades produtivas e os processos de diferenciação do assalariado. Verifica-se uma individualização do tempo e uma tendência a anulação de horas trabalhadas e de descanso reveladas em arranjos diversos como contratos de tempo parcial, horários de trabalho não usuais, banco de horas etc. Assim, os marcos temporais podem estar mais fluidos, entretanto, quer se conte ou não o tempo de trabalho, a eficácia da organização apóia-se basicamente na disponibilidade temporal (em todos os planos) e na implicação subjetiva dos trabalhadores (e o tempo tem um potencial decisivo como doador de sentido). De tal maneira que as

formas de disponibilidade temporal e de aceitação das condições laborais são cada vez mais determinantes no funcionamento do mercado de trabalho e na divisão social e sexuada do emprego (Alaluf, 2000). Essa constatação convoca a necessidade de articulação entre *tempo-devir* e *tempo especializado*.

Segunda pista de reflexão: pólos da ecologia temporal

Na perspectiva ergológica, Schwartz e Durrive (2007) definem a história humana como sendo um espaço de três pólos (da gestão, do mercado e do direito). O primeiro pólo, o da gestão, referente à atividade humana, seria o espaço das dramáticas de uso de si, dos debates de normas, das gestões *do* e *no* trabalho. O segundo pólo, na sociedade em que vivemos, é orientado por valores mercantis, do mercado e tem grande peso na reconfiguração do conjunto da vida (social, política, cultural), com valores dimensionados. O terceiro pólo é o espaço onde estão em jogo valores que não são mensuráveis em quantidades: bem-estar da população, seus acessos aos cuidados, o desenvolvimento da cultura, o bem viver em ambiente – urbano, rural, ou planetário. Entre estes pólos há tensão permanente.

Os três pólos correspondem a três temporalidades distintas mas relacionadas entre si. Dessa forma, nossas sociedades convivem com o desafio permanente de funcionar em tempos-valor diferentes. De acordo com essa configuração, pode-se pensar as temporalidades vividas em situações de trabalho (Schwartz & Alvarez, 2001).

O pólo do mercado e a temporalidade mercantil

nela parece haver incompatibilidade entre os ritmos da vida individual e objetiva e os tempos de trabalho apreendidos como mercadoria (*tempo especializado*). Sustentando esta opacificação extrema, encontra-se o tempo das circulações financeiras, das redes desterritorializadas, dos mercados conectados, do curso instantâneo das taxas de câmbio, das ações, dos produtos derivados, que funcionam em tempos cada vez mais curtos e que parecem ter largado todas as amarras com as outras temporalidades da vida. Entretanto, encontra-se aí também a gestação de um outro tempo-valor, pois se verifica que as renovações teóricas nas relações de mercado passaram a considerar o tempo como fator de incerteza. Vemos se infiltrar aí, nas relações econômicas, uma temporalidade processual, um tempo de acontecimentos, *tempo-devir* fazendo-nos crer que, possivelmente, o tempo do mercado deva negociar compromissos com outros tempos-valores diferentes dos seus. Se não for assim, como analisar a “relação de serviço” e dos valores aí envolvidos, onde o tempo pode influir de maneira significativa como fator de qualidade na prestação de serviço (Zarifian & Gadrey, 2002). A execução de modo eficaz, que se manifesta no menor índice de perdas e de retrabalho, importante quando se lidam com equipamentos e materiais de alto cus-

to financeiro, por exemplo, torna-se um componente importante na avaliação de qualidade, já que o não atendimento resulta em uma grande perda financeira. Assim, um dos conflitos presentes na prestação de serviço é a questão do prazo versus custo da operação versus integridade do sistema. Nessa equação, o fator tempo está presente também na possibilidade de “fazer correto na primeira vez”, o que nos remete às competências e ao pólo da atividade.

O pólo da atividade e a temporalidade ergológica

“Fazer correto na primeira vez” evoca as competências (Zarifian & Gadrey, 2002), aos ingredientes que a compõem, alquimia delicada e sofisticada (Schwartz, 1998). A expressão nos remete à inteligência do *kayrós*, essa gestão do instante - bom momento para decidir e fazer - cópia não conforme do real que supõe a escolha de pontos de atenção, de vigilância, de colaborações preferenciais, de escolhas de comunicação e transmissão, de esboços de mundo e de bens comuns no coração da atividade que vão permitir o agir em competência. A atividade tem sempre algo de não previsto. Ela é potencialmente micro “re-criadora”. Dessa perspectiva, a noção de competência deve considerar pelo menos três elementos que não se articulam facilmente: 1) o das normas antecedentes, que enquadra fortemente toda situação de trabalho; 2) o do histórico e incessantemente inédito; 3) uma dimensão de valores, que deve justamente gerir o inédito, realizar escolhas. São dimensões heterogêneas e incomensuráveis: incomparáveis. Em todas elas encontramos ingredientes e temporalidades distintas. Essa temporalidade da atividade, oposta ao tempo do relógio ou a um quadro temporal homogêneo estaria mais conectada a uma relação com a “saúde” que se tenta estabelecer com um meio técnico, humano, econômico, já saturado de normas diversas. Relação essa que recria as normas existentes, maneira encontrada pelo ser vivo de instaurar novas normas em seu meio (Canguilhem, 1995). Nesse movimento inventivo há sempre um reenvio a si mesmo e aos conhecimentos individuais e coletivos adquiridos anteriormente e pelas condições (técnicas, materiais, comerciais, financeiras) que se apresentavam no momento e são postas em prática durante a atividade no trabalho. Aí existe também construção de compromisso que se dá pelas diferentes formas de colocação em patrimônio: de procedimentos, de recursos da fala e comunicacionais, de sinergias locais. Tempo também de ajustamentos aos tempos profissionais e internos de si próprio e dos outros. Retorna-se então às competências, pois há uma variabilidade constitucional do próprio meio que requer que as pessoas recorram à singularidade de suas experiências e nelas encontrem os recursos para enfrentar o que há de inédito na situação, os eventos que convocam o *tempo-devir*. Estes recursos serão a linguagem, os valores, o uso industrioso de si, os outros momentos da vida biológica, psíquica, cultural, as múltiplas

circulações que aí existem, um corpo si (Schwartz & Durri-ve, 2007) mediando e cristalizando um núcleo comum e vago de “competências para viver” que cada indivíduo põe em prática de maneira diferente (Schwartz, 1998). A temporalidade ergológica está presente também nos processos sociotécnicos. Os arcabouços técnicos e tecnológicos que fazem parte do universo das prescrições, possuem ciclos-de-vida, tempos de uso e descarte específicos assim como, necessitam de manutenção e paradas técnicas que, quando não são respeitados, podem converter-se em “modo degradado de funcionamento” (Wisner, 1997) desafiando as normas de segurança e potencializando riscos. Esses aspectos solicitam uma temporalidade que por vezes está desincronizada com as metas produtivas, pressão temporal oriunda do pólo do mercado.

O pólo do político e a temporalidade do bem comum

Interagindo com os dois pólos descritos anteriormente há o pólo do político e do direito. É o pólo do bem comum, dos valores “sem dimensão”, espaço propriamente do político, da *politéia*, onde são criados valores sobre os quais debatemos lugar do exercício democrático em nome dos quais deliberamos, legislamos, ou seja, damos-lhes ordem, lidando com as forças que estão atuando no jogo político. Fazem parte deste pólo as leis, regulamentações, políticas públicas que na prática se traduzem por normas antecedentes. Quanto à sua temporalidade, ela será sempre submetida aos tempos mais longos necessários aos debates, quase sempre conflituosos, já que certo número de princípios essenciais (liberdade, igualdade, fraternidade, direitos humanos) deve vigir durante um largo intervalo de tempo nas sociedades democráticas. É desejável também que ela mantenha uma certa independência em relação à temporalidade do mercado para que não se destrua o arcabouço do Direito e das sociedades democráticas (Schwartz & Alvarez, 2001).

Esses pólos e temporalidades podem ser úteis para pensar a atividade nos mundos do trabalho em diferentes setores. Inclusive o da produção acadêmica e do fazer científico. Esse ‘fazer’ científico parece parcialmente consumido e determinado pelos três pólos acima expostos sem estar circunscrito por nenhum deles, apresentando uma temporalidade singular presente também na criação: a cronogênese. Essa temporalidade está ligada ao processo de produção do conhecimento científico, fruto das relações entre as temporalidades do *aion* (presente informe que faz jorrar dentro de si o tempo) e do *kairós* (bom momento para decidir e fazer). No processo de trabalho científico é preciso se deixar estar nesses momentos “informes” quando uma idéia ainda não se formou projeto. Por outro lado, é também preciso tomar caminhos e decidir. Estas duas temporalidades, identificadas como o que permite a formalização de uma “idéia” em

investigação científica, estão em constante relação (ora em concordância, ora em discordância) com a temporalidade econômica (que apresenta dentre outros aspectos a busca pela produtividade, o atendimento à demandas comerciais), a temporalidade da atividade (no constante “ir e vir” na busca de resultados) e a temporalidade do bem comum (a avaliação do retorno das descobertas científicas para o uso em sociedade). É possível que a atividade de produção científica solicite a coexistência com esse tempo que é vivido concomitantemente como *potência positiva*, como *ansiedade* e como *frustração* pelos pesquisadores.

Referências bibliográficas

- Alaluf, M. (2000). Le travail du temps. In: G. de Terssac et D.G. Tremblay (dirs), *Où va le temps de travail?* (pp. 204-216). Toulouse: Octarès.
- Canguilhem, G. (1995). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Elias, N. (1998). *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Grossin, W. (1996). *Pour une science des temps, introduction à l'écologie temporelle*. Toulouse: Octarès.
- Martinez, E. (2007). As disponibilidades de tempo na construção de normas temporais de trabalho (resumo). *Laboreal*, 3, (2), 85-87.
<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV6582234;4;8355:36;2>
- Quéinnec, Y. (2007). Horário. *Laboreal*, 3 (2), 90-91. <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV658223433547>
- Schwartz, Y. & Alvarez, D. (2001). Concordance et discordance des temps: le travail, le marché, le politique et le temps du travail scientifique. *Revue de philosophie économique*, 2001/1, n.3, 35-66.
- Schwartz, Y. (1998) Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. Campinas: *Educação & Sociedade*, ano 19, n.65, pp. 101-139, Dez/98.
- Schwartz, Y. & Durrive, L. (2007)[Orgs.]. *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Athayde, M., Brito, J. et al. (Trads). Niterói: Eduff.
- Wisner, A. (1997). *Anthropotechnologie, vers un monde industriel pluricentrique*. Toulouse: Octarès.
- Zarifian, P. & Gadrey, J. (2002). *L'émergence d'un modèle du service: enjeux et réalités*. Paris: Liaisons.
- Zarifian, P. (2002). O tempo do trabalho: o tempo-devir frente ao tempo especializado. *Tempo soc. [online]*. vol.14, n.2, 1-18.

PT

Tiempo

FR

Temps

EN

Time

Como referenciar este artigo?

Alvarez, D. (2010). Tempo. *Laboreal*, 6, (2), 71-75
<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=37t45n>
SU5471123:4141:584321